



O CONTRAPONTO DE MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS À EPISTEMOLOGIA CARTESIANA

Roger Silva AGUIAR*
Maycon Zeni GONÇALVES**

RESUMO

O presente artigo faz um contraponto entre a epistemologia de René Descartes e a do filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos. Trata-se de investigar se o homem pode conhecer a realidade e, caso seja possível, como isso acontece. Para Descartes, todos os homens têm igualmente capacidade para conhecer. Contudo, há diferentes posições diante de um mesmo objeto observado. Isso se dá porque cada um conduz seu pensamento por um caminho diferente, não contemplando as mesmas coisas. Para resolver isso, sugere a aplicação de um método rigoroso, dotado de regras. O filósofo francês chega a uma única realidade indubitável: penso, logo sou; o *cogito*. Assim, despreza todo o conhecimento advindo da realidade física extra-mental. Por outro lado, Mário Ferreira admite a veracidade do mundo e a possibilidade de correspondência entre o mundo e a razão, mesmo que não totalmente. Estabelece, então, o conhecimento numa evidência objetiva e livre de qualquer preconceito ou condição psicológica. Admite o uso dos sentidos na aquisição do conhecimento, numa colaboração mútua com o intelecto. O contraponto a Descartes se dá justamente no concernente ao critério. Para Mário, deve haver uma adequação entre o intelecto e a coisa, gerando uma certeza objetivo-subjetiva. Isso não desmerece a ideia cartesiana, mas a revela como insuficiente para a obtenção segura do conhecimento. Não descartar totalmente o pensamento do outro condiz com o método filosófico de Mário Ferreira, que busca concrecionar os aspectos positivos de verdade das diversas doutrinas filosóficas numa única: tal é a tarefa da Filosofia Concreta.

Palavras-chave: Epistemologia. Método. Evidência objetivo-subjetiva. Filosofia Concreta.

* Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho. Atualmente é Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais e Presidente Administrativo da Academia Brasileira de Direito Civil.

** Graduando em Filosofia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende visitar, brevemente, o pensamento do filósofo francês René Descartes e do brasileiro Mário Ferreira dos Santos, mais precisamente no que se refere ao modo epistemológico como cada um compreende a aquisição do conhecimento. Oferecer-se-ão as bases do pensamento desses autores, a fim de demonstrar, privilegiando a perspectiva do autor brasileiro, como o ser humano conhece. Para tanto, duas questões fundamentais devem ser respondidas: pode o homem conhecer? Se sim, como isso acontece?

Descartes concebe o conhecimento seguro a partir de um método rigoroso, sobre o qual a razão pudesse se apoiar para alcançar a verdade. Esse processo despreza toda a objetividade advinda do mundo externo à mente, inclusive a captação dessa realidade a partir dos sentidos, uma vez que eles, frequentemente, são fonte de erro na percepção da realidade, segundo Descartes.

O contraponto proposto por este trabalho se dá justamente no tocante a essa problemática. Ao contrário de René Descartes, o filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos admite não só o uso da razão, mas também, e em primeiro lugar, dos sentidos para a obtenção do conhecimento. Dessa forma, pode-se dizer que Mário, contrariamente à proposta cartesiana, assume a objetividade do mundo extramental.

Algumas obras foram necessárias para a produção desta pesquisa. São elas: **Meditações Metafísicas** (2016), de René Descartes, que será usada como principal base teórica; como complemento utilizar-se-ão outras duas obras do mesmo autor, **Regras para a Direcção do Espírito** (1985) e **Discurso do Método** (2009). No que se refere ao autor brasileiro, a obra fundamental a ser utilizada é **Filosofias da afirmação e da negação** (2017).

Além dessas, outras obras servirão como referencial secundário. O **Curso de Filosofia: Os filósofos do Ocidente** (1981), volumes um e dois, de Battista Mondin, será usado para contextualização histórica e explicitação de alguns aspectos do pensamento de Descartes. Como comentário ao livro de Mário Ferreira dos Santos, usar-se-á o artigo **Arqueologia de um pensamento e de um estilo: a obra dialógica de Mário Ferreira dos Santos**, de João Cezar de Castro Rocha, publicado na mesma edição da obra principal de Mário utilizada para fundamentar este artigo.

Diante desses referenciais, esta pesquisa pretende difundir, em alguma medida, as reflexões filosóficas do autor brasileiro Mário Ferreira dos Santos, visto que, com sua profícua produção, apresenta ideias consistentes acerca de temas caros à filosofia. Escolheu-se fazer um contraponto às concepções cartesianas, no intuito de demonstrar quão profundo é o pensamento do filósofo brasileiro, capaz de refutar algumas perspectivas do pai da filosofia moderna.

Não é pretensão deste trabalho analisar cada ponto das mencionadas posições filosóficas, mas tão somente a epistemologia de cada autor, buscando ressaltar, preferencialmente, a força e consistência do pensamento de Mário Ferreira dos Santos.

2 O PENSAMENTO DE RENÉ DESCARTES

René Descartes (1596-1650) é um filósofo francês, considerado o pai da Filosofia Moderna. Embora tenha recebido uma educação aos moldes escolásticos, Descartes não consentia que boa parte dos ensinamentos dados por seus professores não tivesse uma fundamentação clara e indubitável. Isso se deu pelo próprio contexto no qual Descartes vivia. Era uma época de grandes mudanças e incertezas (MONDIN, 1981).

Diante disso, ele buscou fundamentar todo o edifício filosófico numa certeza incontestável, apodítica, estabelecendo bases seguras para o conhecimento. Esse intento foi influenciado pelo Renascimento dos séculos XV e XVI, pela revolução científica, bem como por uma retomada do ceticismo. (MONDIN, 1981).

É o advento da renascença que marca historicamente o início da chamada Filosofia Moderna. Assim como em outras áreas do conhecimento, também o pensamento filosófico sofreu alterações consideráveis, sobretudo na forma de compreender o mundo. Antes, na Idade Média, o referencial para isso era sempre Deus; agora, tudo é refletido a partir do homem (MONDIN, 1981).

De maneira mais precisa, pode-se destacar o início da modernidade com a revolução científica promovida por Galileu. Nesse momento, a ciência, ainda atrelada à filosofia, adquire sua independência. Destaque especial para a figura de Nicolau Copérnico, que, invertendo a concepção geocêntrica do universo, a qual

tinha a Terra como centro, para a noção heliocêntrica, cujo centro é o Sol, abriu a possibilidade para um promissor avanço da ciência.

A modernidade também é marcada por um retorno ao ceticismo, doutrina fundada por Pirro de Élide (360 a.C. – 270 a.C.) durante o período da filosofia helenística. A título de esclarecimento, pode-se dizer que o ceticismo é a doutrina filosófica segundo a qual a realização do homem não está no conhecimento da verdade, mas na busca por ela. Não se trata, portanto, da negação de uma verdade ontológica, mas sim da impossibilidade de conhecê-la (MONDIN, 1981). Logo, o problema é gnosiológico. Tal fato coloca o indivíduo numa posição constantemente dúbia e incrédula.

Verificando tudo isso, René Descartes percebe que o grande problema das ciências é a falta de um método rigoroso de análise, capaz de fornecer resultados claros e distintos acerca do objeto observado. Dever-se-ia também ser um método fácil e fértil, de modo a evitar os equívocos filosóficos e a estagnação do pensamento. Em vista de superar esse empecilho, o filósofo francês introduz o seu método. Para ele, fazia-se crucial a obtenção de um novo método, menos ímprobo do que o geométrico e mais profícuo do que o silogístico aristotélico.

O filósofo francês justifica a utilização do novo método, argumentando que todos os homens, por natureza, possuem igualmente a capacidade de bem julgar, bem como de apartar o verdadeiro do falso. Dessa forma, as diferentes opiniões surgem porque cada qual conduz seu pensamento por caminhos diferentes, não levando em conta, assim, as mesmas coisas (DESCARTES, 2009).

São dois os métodos possíveis de investigação: um parte da indução e o outro, da dedução. Isto é, o primeiro tem raízes na experiência, enquanto o segundo baseia-se em princípios universais. Descartes rejeita o método indutivo por crer que a experiência sensível pode não condizer com a realidade. É escolhido, por consequência, o método dedutivo.

Nesse sentido, é importante definir o que o filósofo francês entende por método:

Entendo por método regras certas e fáceis, que permitem a quem exactamente [sic.] as observar nunca tomar por verdadeiro algo de falso e, sem desperdiçar inutilmente nenhum esforço da mente, mas aumentando sempre gradualmente o saber, atingir o conhecimento verdadeiro de tudo o que será capaz de saber (DESCARTES, 1985, p. 24).

Quando Descartes revela a sua compreensão de método, indicando a necessidade de regras fáceis, é notório que o intento do autor é engendrar algo prático, desprovido de etapas demasiadamente complicadas. A finalidade do método também é clarificada: chegar ao conhecimento seguro de tudo o que é passível de ser conhecido.

A partir disso, o pai da filosofia moderna estabelece as regras do método. Embora ele mesmo não tenha dado um nome específico a cada regra, “elas costumam ser designadas pelos estudiosos como intuição, análise, síntese e enumeração” (MONDIN, 1981, p. 77).

De acordo com as **Regras para a direção do espírito** (DESCARTES, 1985), a primeira regra consiste em não acatar como verdadeira qualquer coisa que não se apresente de maneira clara, distinta e indubitável. Este passo objetiva ajudar o sujeito a não elaborar juízos preconceituosos, bem como impedi-lo de elaborar juízos antes de se mostrarem claros e distintos. A segunda regra sugere que o sujeito divida todo o problema em partes pequenas, nas menores possíveis, a fim de facilitar a sua aplicação. Feito isso, a resolução das questões deve partir das mais simples para as mais complexas, pois quanto menor o problema, menor será a dificuldade em saná-lo. Assim, degrau por degrau, vai-se subindo no nível de complexidade: eis a terceira regra. A quarta regra, por sua vez, propõe que façam-se enumerações em tal grau e revisões de tal maneira que tenha-se a certeza de não haver omitido nada.

Reveladas as regras do método cartesiano, outro problema surge: como aplicá-las? Isso se dá por causa da primeira regra, cuja empregabilidade ainda não tinha sido destacada categoricamente por Descartes. Contudo, logo no início das **Meditações Metafísicas** (2016), o filósofo diz ser desnecessário provar a falsidade de todas as suas antigas opiniões. Basta somente que encontre “[...] o menor motivo de dúvida [...] para levar-me à rejeição de todas” (DESCARTES, 2016, p. 32).

A dúvida é, portanto, o critério utilizado por Descartes para rechaçar qualquer princípio que não se apresente claro, distinto, indubitável. Nesse sentido, essa primeira instância da dúvida, por assim dizer, pode ser definida como dúvida metódica. Isto é, serve simplesmente para auxiliar a aplicação do método cartesiano.

Há também a dúvida chamada natural, pela qual René Descartes coloca em cheque a captação da verdade pelos sentidos. O filósofo utiliza-se do argumento do sonho para refutar a garantia de certeza do fato de ele estar “sentado junto ao fogo, vestido com um roupão, tendo este papel entre as mãos e outras coisas desta natureza” (DESCARTES, 2016, p. 32).

Além dessas, uma última instância da dúvida pode ser acrescentada: a metafísica. Aqui Descartes é obrigado a admitir que as ciências matemáticas não são dubitáveis da perspectiva do argumento do sonho. Então, a fim de questionar também tais ciências, o pai da filosofia moderna lança mão do argumento do gênio maligno. Este consiste na crença em uma entidade compenetrada em enganar, fazendo o sujeito crer nas verdades matemáticas e geométricas.

Em suma, Descartes duvidava dos sentidos, desconfiava do mundo externo à mente, descreu até das ciências matemáticas.

Resulta que, após ter pensado bem sobre isso e ter examinado cuidadosamente todas as coisas, é necessário, enfim, concluir e sustentar, invariavelmente, que essa proposição, nomeadamente: eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira sempre que a pronuncio, ou que a concebo em meu espírito (DESCARTES, 2016, p. 41).

Eis a verdade indubitável à qual o filósofo francês procurava. Ele podia duvidar de tudo, com exceção do fato de que ele estava duvidando, pois cairia em contradição performativa. Portanto, *cogito ergo sum* – Penso, logo sou.

Tendo feito essa exposição geral do caminho utilizado por Descartes para alcançar um ponto indubitável, sobre o qual pudesse fundamentar a nova ciência, é possível notar que o filósofo francês despreza o conhecimento advindo dos sentidos. Entretanto, esse procedimento não seria inadequado, uma vez que os sentidos são capazes de captar corretamente algumas situações como, por exemplo, quando o dia está chuvoso ou ensolarado? O filósofo justifica-se dizendo:

[...] muitas experiências arruinaram gradativamente toda a crença que eu depositara nos sentidos. Com efeito, mais de uma vez observei que as torres, que de longe me tinham parecido redondas, de perto me pareciam quadradas, e que os colossos, elevados sobre os mais altos cumes dessas torres, pareciam-me pequenas estátuas quando os contemplava de baixo; e, assim, em uma miríade de outras ocasiões, descobri erro nos juízos baseados nos sentidos (DESCARTES, 2016, p. 110).

Comparando a fala de Descartes à experiência do cotidiano, poder-se-ia facilmente dar razão a ele, porquanto é bem verdade que nem toda percepção sensorial corresponde exatamente à coisa em si de determinado fenômeno. Todavia, o filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos tem um contraponto a fazer no tocante a essa problemática.

3 O CONTRAPONTO DE MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

O filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos¹ (1907-1968) é detentor de um pensamento profícuo, contando com muitas obras, dentre as quais encerram-se, por exemplo, os quarenta e cinco volumes da **Enciclopédia de Ciências Filosóficas e Sociais**, a **Filosofia da Crise**, e a **Filosofia Concreta**, cujo conteúdo revela o modo de filosofar utilizado pelo autor.

Em sua obra **Filosofias da Afirmação e da Negação** (2017), o filósofo brasileiro confronta as duas pulsões que dão nome ao livro. Tendo preferido o lado positivo, Mário pretende combater as filosofias negativas, revelando a falta de fundamento e a falsidade delas. Na visão dele, os homens serão alimentados pelas afirmações e não pelas negações.

A recém-referida obra foi construída em forma de diálogos, com a pretensão de demonstrar que a tensão entre a afirmação e a negação não gera uma negação absoluta. “Escolhemos o diálogo para mais facilmente pôr, face a face, as oposições que surgem na alternância do processo filosófico” (SANTOS, 2017, p.14). A personagem principal é Pitágoras de Melo, que, no texto, dá voz aos pensamentos de Mário.

O autor, no prólogo, revela uma forma de classificação que pode auxiliar na compreensão de cada personagem. Segundo ele, há homens da tarde, os quais vivem na contemplação superficial da exterioridade das coisas. Além desses, há os homens da noite, esperançosos, cuja investigação não cessa, anseiam pela madrugada e, conseqüentemente, por um novo dia. Há também os homens da madrugada, que já encontraram alguma solução, pois avançaram pelas trevas e, como que pela luz da manhã, são contemplados com respostas categóricas. Por fim,

¹ Mário Ferreira nasceu em São Paulo, mas viveu sua infância e adolescência no Rio Grande Sul. Voltando para o estado do sudeste, fundou duas editoras com o intuito de difundir as suas próprias obras.

os homens do meio-dia concretizam o sonhado e afirmado pelos homens da noite e pelos da madrugada, respectivamente (SANTOS, 2017).

As personagens Josias, Samuel, Reinado, Vítor e Paulsen podem ser enquadrados na classificação de homens da tarde, pois, no decorrer dos diálogos, afirmam determinadas posições, cuja refutação se dá sem muito esforço da parte de Pitágoras. Este é um homem da noite, quase alcançando a madrugada. É o encarregado de comandar o ataque à sofística moderna e ao nihilismo destruidor, como nomeia Mário.

Contudo, embora se visitem, nesta pesquisa, os temas acima referidos, não pretende-se aqui expor detalhadamente a refutação deles apresentada em **Filosofias da Afirmação e da Negação**. Antes, pretende-se única e exclusivamente demonstrar se é possível que o homem conheça alguma coisa e, sendo a resposta afirmativa, como esse processo acontece.

Mário Ferreira dos Santos, através das personagens, levanta várias objeções pertinentes até chegar à resposta da questão que norteia esta investigação. A primeira indagação a ser respondida corresponde à veracidade do mundo extra-mental. “Todo o nosso conhecer e todas as nossas operações mentais constroem apenas ficções sobre a realidade que há fora de nós. Nossos pensamentos em nada correspondem à realidade” (SANTOS, 2017, p. 25).

Entretanto, deve-se admitir a construção verídica de um conhecimento científico e matemático, embasado, em parte, na repetição constante de fenômenos, fato que possibilita ao homem ordenar a soma dos acontecimentos. Pressupõe ficcionalmente o intelecto humano a produção de laranjas pelas laranjeiras, por exemplo. Tal previsão confirma-se na realidade. Laranjeiras produzem laranjas. “Há, então, alguma verdade do mundo ficcional humano que corresponde à verdade do mundo exterior real” (SANTOS, 2017, p. 31).

Ainda assim, poder-se-ia objetar os motivos pelos quais o pensamento humano é tão divergente e heterogêneo. Para sanar tal dúvida, investigar-se-ão agora tais motivos. De acordo com Mário Ferreira dos Santos, o homem da modernidade e, pode-se acrescentar, o da contemporaneidade, vivem numa profunda crise, dado que eles não têm um ponto sólido sobre o qual podem fundamentar o conhecimento humano e contemplar o mundo.

Nesse sentido, coloca-se a questão pela validade do conhecimento humano. Diante de tantos desacordos – idealistas *versus* materialistas, racionalistas *versus* empiristas – estaria a mente humana apta para conhecer a realidade externa que a sustenta? Possuiria uma base segura para sancionar o verdadeiro em detrimento do falso?

Alguns afirmam, os céticos, por exemplo, que o homem erra. Contudo, tal afirmação, por si só, já revela que se há erro, este não acontece sempre. Do contrário, até a própria asserção “o homem erra” já seria contraditória. Mesmo que fosse aqui utilizado o argumento cartesiano do sonho, no intento de questionar a veracidade de toda realidade, dever-se-ia refutá-lo, haja vista que para a existência de um sonho, isto é, de uma ficção, tem de se pressupor alguém para sonhar, ou seja, o criador de tal ficção, cuja existência é, necessariamente, real.

Uma ficção, portanto, é sempre ficção de alguma coisa. Isso revela a existência de algo concreto que sustente a ficção, pois ela não pode vir do absolutamente nada, mas sim de algo outro que não ela mesma. Portanto, mesmo afirmando a ficcionalidade de tudo, seria necessário atestar também a absoluta realidade que a sustenta. Esta não pode ser totalmente apartada de nós, visto que somos por ela amparados.

Neste caso, Josias, o nosso universo ficcional, o do homem, não é absolutamente estanque do universo do mundo exterior [...] portanto, o nosso universo ficcional não pode deixar de ser ficcional em relação ao mundo real exterior, e, assim sendo, as nossas ficções não são puras ficções, e deve haver entre ambos um ponto de realidade comum. Neste caso, o homem em alguma coisa conhece verdadeiramente o mundo real exterior (SANTOS, 2017, p. 37).

O excerto acima, ao concluir que há um ponto real entre o pensado pela mente e o captado do mundo exterior, responde à primeira inquirição desta pesquisa. Sim, é possível o homem conhecer verdadeiramente, ainda que não totalmente, aquilo que está fora de sua própria mente, isto é, a realidade das coisas mesmas, em razão de não haver ficções puras, mas mescladas com o real extra-mental.

Dito isso, parte-se agora para a exposição da segunda pergunta norteadora desta pesquisa. Tendo o homem a possibilidade de conhecer a verdade, como se dá esse conhecimento? Antes, porém, vale ressaltar o caminho construído até aqui.

[...] mostrei que alcançamos a verdade, como a de que tudo não pode ser ficção, que nem tudo pode ser verdade, nem tudo pode ser falso. A mente humana é apta a alcançar certas verdades, sem dúvida, de evidência objetiva, mas proporcionadas ao homem, porque, naturalmente, nossa mente não é algo que esteja fora e seja totalmente outra que a natureza (SANTOS, 2017, p. 50).

Dos Santos não pretende estabelecer uma evidência subjetiva como base para o conhecimento. Segundo ele, tal evidência deve ser objetiva e o conhecimento fundamentado numa objetividade livre de preconceitos ou condições psicológicas quaisquer (SANTOS, 2017).

Ao contrário de René Descartes, o filósofo brasileiro não se apoia única e exclusivamente na razão, uma vez que, para ele, a pujança dela está na possibilidade de comprovar objetivamente o que foi estabelecido pelo intelecto. Em outras palavras, “[a] força da razão está na sua adequação aos fatos e nada mais” (SANTOS, 2017, p. 51). Admite-se também, por conseguinte, o uso dos sentidos para a aquisição do conhecimento.

Questionado acerca da possibilidade de haver um engano nos sentidos, Mário diz: “Posso verificar que o círculo é círculo, embora pareça uma elipse. Mas, na verdade, o círculo, visto à distância, apresenta-se como uma elipse, como torre quadrada, à distância, parece redonda. Tudo isso não é falso, é real” (SANTOS, 2017, p. 146).

O filósofo assim argumenta, pois o círculo, substancialmente, continua sendo círculo. O mutável, nesse caso, é o acidente, a aparência do círculo. Dessa forma, conclui-se que não há erro dos sentidos na captação da realidade, mas do juízo, uma vez que este procedeu de forma precipitada. Embora o juízo não considere, as coisas são o que são. Nessa questão deve-se ter cautela, pois não se defende aqui a importância dos sentidos em detrimento do intelecto, mas sim numa postura de colaboração mútua entre eles, sentidos e intelecto.

Desse modo, percebe-se aqui uma perspectiva diferente daquela adotada por Descartes. Este duvidara dos sentidos, enquanto Mário os afirma. A conclusão de que o círculo, visto à distância, apresenta-se como elipse, causando um engano aos sentidos, é, portanto, equivocada. Como fora demonstrado, o erro está no juízo e, conseqüentemente, é do intelecto.

Demonstrando esse equívoco do intelecto, pode-se afirmar que depositar toda a certeza em seus juízos é perigoso, uma vez que o erro se deu nos juízos e não na captação do fato pelos sentidos. Seria possível, então, dar por encerrada esta pesquisa? Ainda não. Demonstrou-se a importância do uso dos sentidos para aquisição do conhecimento. Todavia, falta ainda revelar o método pelo qual o ser humano apreende a verdade.

Viu-se que o conhecimento acontece quando há uma adequação dos esquemas racionais com os fatos externos à mente. Entretanto, tal adequação não é física, mas se dá de forma intencional e analógica. “Ao conhecermos um objeto do mundo exterior, há uma acomodação de toda a nossa esquemática sensitiva ao fato, que é assimilado por semelhança que tenha com os esquemas previamente dispostos” (SANTOS, 2017, p. 88).

A assimilação é, portanto, psicológica. Aqui há uma aproximação com o pensamento grego clássico, que definia tal experiência como a captação do *phántasma* da coisa. Isto é, a partir do uso dos sentidos o indivíduo percebe a forma, a cor, o cheiro, a extensão, ou seja, todas as características sensoriais às quais o homem pode apreender, e forma uma imagem como representação.

Vale ressaltar: o conhecimento sensível das coisas é limitado, pois os sentidos são limitados. Isso, obviamente, possibilita situações nas quais o indivíduo será incapaz de captar determinados estímulos sensoriais. Porém, não poder assimilar total e sensorialmente determinado objeto, de modo algum nega a validade dos sentidos no processo do conhecimento. “[...] é falso o conhecimento sensível que temos das coisas pelo simples fato de não conhecermos, sensorialmente, tudo quanto é cognoscível delas?” (SANTOS, 2017, p. 90). Entende-se, aqui, que o conhecimento das coisas, embora possa não ser pleno, é verdadeiro no que é possível ao homem conhecer.

A mente humana não paralisa suas atividades na simples assimilação das características obtidas pelos sentidos. O processo de assimilação dos fatos pode dar-se de maneira normal ou não, isto é, a adequação dos esquemas mentais com a realidade externa pode ser maior ou menor. No caso de demasia, surge a imitação; em caso de escassez na assimilação, surge o símbolo.

Assim, segundo Mário, “[...] as verdades, que possamos captar, devem ser comprovadas, e segundo as possibilidades de comprovação. Essa operação chama-

se **verificação**” (SANTOS, 2017, p. 95). Tal processo, de base lógica, não se efetua a partir da mera apreensão, mas sim através de uma operação, a qual acontece quando há adequação intencional na relação intelecto conhecedor e objeto a ser conhecido. Se há correspondência entre cognição e coisa, o juízo é verdadeiro; do contrário, é falso.

Até agora comprovou-se a existência de juízos verdadeiros e falsos, mas falta esclarecer o critério de verdade, segundo o qual pode-se afirmar, seguramente, que um é verdadeiro e o outro falso. Para tanto, faz-se mister estabelecer tal critério. De acordo com o filósofo brasileiro, o que garante a validade do conhecimento é a evidência, pois ela é a razão da certeza. Vale frisar a diferença entre esses dois termos, razão e certeza.

Entre a evidência e a certeza, há uma relação de causa e efeito. A evidência infere-se da certeza. A evidência decorre da coisa, e a certeza é o estado mental. [...] pode-se estabelecer que a evidência é mais objetiva, e a certeza, mais subjetiva (SANTOS, 2017, p. 103).

Feita essa importante distinção, a partir de agora resta ressaltar qual o critério de verdade defendido por Mário Ferreira. Se a evidência é a razão da certeza, esta deve ter um princípio validador de si mesma. Qual é esse princípio?

Mário, na voz de Pitágoras, revela que não há apenas um princípio de certeza. O princípio ontológico, por sua vez, é o primeiro e o mais importante. Descoberto isso, a certeza é fundamentada. Num juízo apodítico, por exemplo, a verdade já é dada. Por outro lado, em um juízo contingente a verdade se dá, conforme fora dito, pela adequação do predicado ao sujeito, desde que aquele corresponda a este objetivamente (SANTOS, 2017).

“Por isso, o princípio último e necessário da certeza natural é a evidência manifestada pelo objeto mental; [...] Esse princípio exige a evidência da certeza e a certeza da evidência” (SANTOS, 2017, p. 104). Sendo assim, o filósofo brasileiro discorda, no concernente ao critério, de René Descartes, pois o considera demasiado subjetivo ao admitir como regra que as ideias sejam claras e distintas. O critério cartesiano pode colaborar na aquisição da verdade, mas não constitui, para Mário, uma evidência de certeza.

[...] não considero critérios de evidência a autoridade humana, o consenso geral, nem a utilidade pragmática, nem os instintos cegos, nem as intuições na linguagem popular, nem as patências afetivas, nem os sentimentos, nem os testemunhos de consciência, nem as ideias claras e distintas de Descartes. [...] o critério de evidência tem de ser notado por si, evidente por si (SANTOS, 2017, p. 107).

Reforçando, “[...] uma verdade lógica exige a adequação entre o intelecto e a coisa, e o critério principal de validez é a sua evidência objetivo-subjetiva, como disse, não bastando apenas a convicção da certeza, mas a certeza da convicção” (SANTOS, 2017, p. 106).

A isso o filósofo exemplifica dizendo que há várias evidências e estas sempre se mostram de acordo com o juízo proferido. Ora, o pensador não deve apropriar-se de argumentos morais, por exemplo, a fim de provar princípios da matemática ou da física. Para estes são necessárias evidências físico-matemáticas. Caso a evidência não seja imediata, deve-se debruçar sobre ela, examinando-a com cuidado, no intuito de demonstrar a sua veracidade.

A demonstração, porém, não deve ser entendida como princípio de evidência, em razão de considerar outros motivos, mas como princípio de demonstração. Do contrário, haveria uma contradição no pensamento de Mário Ferreira dos Santos.

Dito tudo isso, vale ressaltar, a fim de já caminhar para a conclusão desta seção, o método filosófico próprio de Mário Ferreira dos Santos. Além da influência da escolástica e do pitagorismo, o autor brasileiro possui uma maneira bastante peculiar de filosofar, pautada na **concreção**.

A obra **Filosofia Concreta** é permeada dessa atitude filosófica, segundo a qual devem ser evitados os exclusivismos e os inconsistentes confrontos de ideias na busca da posse restrita da verdade. Em vez disso, deve-se reunir o aspecto positivo de cada pensamento, elaborando uma construção filosófica concreta. “Clareza meridiana!² A tarefa do filósofo implica o diálogo como estrutura profunda do pensamento” (ROCHA, 2017, p. 260).

A esse respeito diz o autor brasileiro na voz de Pitágoras de Melo:

Na verdade, nas doutrinas filosóficas, por mais diversas que sejam, há sempre um aspecto positivo da verdade, em suas afirmações mais fundamentais, mas onde elas pecam e erram sempre é em negar as positivities das outras doutrinas. No fundo, o mais amplo conhecimento

² De um homem do meio-dia, conforme exposto no início desta seção.

será adquirido pelo homem, não só ao captar as positivities dispersas nas diversas doutrinas, mas quando puder englobá-las numa construção filosófica que as concrecione (SANTOS, 2017, p. 92).

A **Filosofia Concreta** não se refere, como normalmente se entende o termo concretude, às coisas sensíveis do cotidiano. Essa proposta busca concrecionar os conteúdos eidéticos que a inteligência é capaz de captar, concatenando-os, com o máximo rigor ontológico. O filósofo pressupõe que todas as perspectivas filosóficas desenvolvidas até o momento têm como base uma única realidade universal e subsistente. A variação nessas perspectivas dever-se-ia às diferentes interpretações a partir dessa mesma realidade, que seria o concreto. Concrecionar significa, portanto, identificar e valorizar os aspectos mais compatíveis com essa realidade objetiva apresentados por essas filosofias, aliando-os numa mesma e nova perspectiva, mais crítica e pertinente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todas as reflexões feitas aqui, importa deixar claro, de modo que haja coerência com a atitude filosófica de Mário Ferreira dos Santos, a importância do pensamento cartesiano na história da filosofia. Descartes implantou uma revolução na forma de pensar e de compreender o universo ao exaltar a subjetividade, colocando o sujeito no centro do universo, bem como ao tentar estabelecer um método seguro para as ciências.

Contudo, tais pontos positivos não excluem que haja algo de negativo e de insuficiente em sua filosofia, como, por exemplo, a sua explicação acerca do modo como o ser humano conhece. Ao transferir a veracidade do conhecimento para a razão, René Descartes acaba por desprezar os sentidos, julgando-os falhos em algumas situações, o que, portanto, invalidaria qualquer contribuição advinda deles.

Contrariamente a isso, apresentou-se, nas páginas acima, as ideias do filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos. Ele, por sua vez, admite, influenciado por Aristóteles, por Pitágoras e pela escolástica medieval, a aquisição do conhecimento através de uma combinação entre os sentidos e a razão. Afirmou a

veracidade accidental das formas captadas pela visão e a substancialidade não menos autêntica das coisas em si mesmas.

Posto isso, sobreveio a necessidade de haver sempre a verificação e a demonstração acerca daquelas verdades contingentes, uma vez que os axiomas, como o princípio de identidade, por exemplo, dispensam essas operações. Assim, o caminho epistemológico acontece via captação dos sentidos, abstração da razão, verificação e ou demonstração, evidência da certeza e ou certeza da evidência. Nas palavras do autor, o principal critério de validade da verdade, como visto, é a evidência objetivo-subjetiva.

THE COUNTERPOINT OF MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS TO CARTESIAN EPISTEMOLOGY

ABSTRACT

The present article makes a counterpoint between René Descartes' epistemology and the epistemology of the Brazilian philosopher Mário Ferreira dos Santos. It is a matter of investigating whether man can know reality and, if it's possible, how it happens. For Descartes, all men are equally capable of knowing it. However, there are different positions before the same observed object. This is because each one carries his thought on a different path, not contemplating the same things. To solve this, he suggests the application of a rigorous method, endowed with rules. The French philosopher comes to a single undoubted reality: I think, therefore I am; I cogitate It. Thus he despises all knowledge arising from extra-mental physical reality. On the other hand, Mario Ferreira admits the truth of the world and reason, even if not totally. He establishes, then, the knowledge in an objective evidence and free of any prejudice or psychological condition. He admits the use of the senses in the acquisition of knowledge, in a mutual elaboration with the intellect. The counterpoint to Descartes is precisely what concerns the criterion. For Mario there must be an adjustment between the intellect and the thing, generating objective-subjective certainty. This does not detract from the Cartesian idea, but reveals it as insufficient for the secure attainment of knowledge. Not completely discarding the thought of the other matches the philosophical method of Mário Ferreira, which seeks to identify the

positive aspects of truth of the various philosophical doctrines in a single: such is the task of concrete Philosophy.

Key-words: Epistemology. Method. Objective-subjective evidence. Concrete Philosophy.

REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. **Discurso do método**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Edipro, 2016.

_____. **Regras para a direcção do espírito**. Lisboa: Edições 70, 1985.

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia**. São Paulo: Paulus, 1981. v. 1. (Coleção filosofia).

_____. **Curso de filosofia**. São Paulo: Paulus, 1981. v. 2. (Coleção filosofia).

ROCHA, João Cezar de Castro. Arqueologia de um pensamento e de um estilo: a obra dialógica de Mário Ferreira dos Santos. In: SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofias da afirmação e da negação**. São Paulo: É Realizações, 2017, v. 2. p. 253 a 267. (Coleção Logos).

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofias da afirmação e da negação**. São Paulo: É Realizações, 2017. v. 2. (Coleção Logos).